

## **SOBRE A PRODUTIVIDADE DAS ORAÇÕES SEM SUJEITO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

### **ABOUT THE PRODUCTIVITY OF SUBJECT-ABSENT SENTENCES<sup>1</sup> IN BRAZILIAN PORTUGUESE**

Anderson Ulisses S. Nascimento\* (UERJ)

---

**RESUMO:** Tradicionalmente, as orações sem sujeito são abordadas como casos categoricamente excepcionais dentro da sintaxe portuguesa. Ocorre que as mesmas encontram-se em escala muito maior, no uso tanto escrito quanto falado, do que fazem supor as lições desta tradição de ensino de português. Tal situação verifica-se, sobretudo, no português brasileiro, em que tais construções passam por clara expansão, imprimindo assim considerável aumento no espectro de possíveis orações sem sujeito nesta variedade da língua portuguesa. Pretendemos aqui, sucintamente, descrever os casos em que se dá tal estrutura oracional e levantar as motivações para tal alargamento sintático de possibilidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sintaxe. Oração sem sujeito. Verbos fenomenológicos. Gramaticalização. Ergatividade.

---

---

**ABSTRACT:** Traditionally, sentences without subject have been addressed categorically exceptional cases as within the Portuguese syntax. It happens that they are in a much larger scale, using both written and spoken, than they do assume the lessons of this tradition of learning Portuguese. This situation occurs, mainly, in Brazilian Portuguese, where such buildings are replaced by definite expansion, thus imparting considerable expansion in the range of possible sentences without subject in this variety of Portuguese language. We intend here to briefly describe the circumstances in which it gives such clausal structure and raise the motivations for such an extension of syntactic possibilities.

**KEYWORDS:** Syntax. Subject-Absent Sentences. Phenomenological Verbs. Grammaticalization. Ergativity.

---

---

\* Mestrando em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob orientação do Professor Dr. José Carlos de Azeredo. E-mail: [aodysseus@pop.com.br](mailto:aodysseus@pop.com.br).

<sup>1</sup> Optamos pela expressão *subject-abstence sentence*, pois *sentences without subject* é utilizado, em muitas descrições de língua inglesa, para fazer referência às orações formadas com sujeito expletivo, situação esta, sintaticamente, bem diversa do que ocorre em língua portuguesa.

## INTRODUÇÃO

As orações sem sujeito são, na descrição tradicional e mesmo fora dela, apontadas como casos marginais em nossa língua. Em termos de ensino de português, o aprendizado das mesmas se insere, frequentemente, na tipologia do sujeito. Dentro de tal apresentação, muito comumente feita sob a dubitativa terminologia de “sujeito inexistente”, essas orações limitam-se a alguns poucos casos tratados como de exótica e não justificável exceção dentro da língua. Inclusive, como já é de domínio notório nos meios de pesquisa e para além desses, restam as incoerências descritivas que reservam ao termo sintático “sujeito” o *status* de essencial ou a apresentação de um predicativo do sujeito em uma construção que não possui o termo correlato a tal predicação.

Pretendemos aqui esmiuçar tais inconsistências em um diálogo com a perspectiva de ensino da língua, mas também apresentar uma descrição para os casos de oração sem sujeito, em português, especialmente no seu uso brasileiro, que possa contribuir com várias investigações que vêm se dando acerca do tema direta ou indiretamente.

Tomamos o termo metalinguístico *sujeito* a partir de uma perspectiva formal que o considera SN hierarquicamente prevalente na oração, ao qual o verbo se subordina. Enfim, nossa perspectiva é claramente sintática.

Procuramos uma visão abrangente do tema proposto, *oração sem sujeito*. Temos claro que os subtemas que aqui serão elencados levantam uma série de discussões outras das quais não conseguiremos dar conta neste artigo<sup>2</sup>. Ainda assim, optamos por tal abrangência, já que o assunto aqui tratado apresenta recorte muito restrito na maior parte das descrições gramaticais.

Nossa atenção mais enfática ao Português Brasileiro (PB) deve-se ao fato de que esse desenvolveu de forma mais categórica contextos propícios à ausência do sintagma nominal (SN) sujeito, como veremos ao longo de nossa exposição<sup>3</sup>.

Em termos metodológicos, optamos por um desenvolvimento de nosso trabalho em termos estritamente teóricos, de forma a podermos contar com maior flexibilidade dos exemplos sobre os quais pretendemos nos debruçar, uma vez que lidamos com verbos/orações apreensíveis em contextos muitíssimo díspares.

---

<sup>2</sup> Nosso artigo constitui-se em um demonstrativo de nossa própria pesquisa, em que aprofundamos teoricamente várias dessas questões.

<sup>3</sup> Muitas pesquisas apontam para o fato de que o PB torna-se, cada vez mais, propiciador ao preenchimento da posição de sujeito. O que aqui propomos é um refinamento dessa visão. Esse processo se dá em contextos em que tal posição pode ser preenchida. Defendemos aqui que há um recrudescimento, ao mesmo tempo, de contextos em que tal preenchimento não é possível em PB.

## 1 O STATUS DA ORAÇÃO SEM SUJEITO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Primeiro, precisamos delimitar que estruturas oracionais merecem tal rótulo. Para tanto, propomos o estabelecimento de um critério claramente sintático, salvaguardado de semantismos, o que implicaria considerar que oração sem sujeito é toda e qualquer estrutura oracional efetivamente desprovida de SN sujeito não recuperável por meio de elipse (cf. ABREU, 2006, p. 84-5). É importante esclarecer que não nos propomos à ingenuidade de uma sintaxe pura, *de per sí*. Consideramos que a sintaxe e tudo mais na língua contribuem para significação, objetivo precípua de qualquer linguagem. Assim, a sintaxe, hierarquicamente, está submetida à semântica, mas opera seu próprio instrumental. É isso que pretendemos acessar, sem ignorar os transbordamentos, intercâmbios de planos e consequências que daí decorrem.

Segundo a visão acima exposta, são orações sem sujeito, portanto, aquelas que são assim apresentadas pela tradição gramatical e também aquelas mais comumente classificadas como de sujeito indeterminado. Há ainda um terceiro grupo que aqui abordaremos, muitas vezes não previsto nas descrições da língua, embora de utilização muito frequente, marcadamente em PB, de orações propiciadas pelo fenômeno da ergatividade.

No referente às orações comumente denominadas como de sujeito indeterminado, o que ocorre aí é um exemplo claro de confusão entre critérios sintáticos e semânticos.<sup>4</sup> Temos, em tal caso, uma indeterminação do agente, como papel propriamente semântico. O SN sujeito, efetivamente, encontra-se ausente de tal estrutura, não sendo recuperável por quaisquer mecanismos coesivos. Talvez pudéssemos considerar a sua possibilidade de identificação pragmática em certos contextos discursivos, mas, ainda assim, isso se daria com o auxílio de uma série de elementos do mundo extralinguístico. Não podemos, pois, incluir estas construções como exemplo de um “tipo de sujeito”.

Feita tal reflexão, incluímos aqui nossa primeira proposta de abordagem da questão com vistas à perspectiva do ensino. Há de se identificar que a língua portuguesa possui dois tipos de orações: uma que corresponde ao protótipo oracional da língua, formada por uma estrutura dual que pressupõe SN sujeito e SV predicado e outra claramente formada apenas por SV predicado, sendo, evidentemente, sem sujeito. Entre as de segundo tipo, seria de grande utilidade distinguir aquelas que se inserem em uma perspectiva pessoal das que se

---

<sup>4</sup> Insistimos que não há sintaxe pura. O problema aqui é de imiscuir no mesmo patamar esses dois planos distintos.

encontram no campo da impessoalidade. Mais uma vez, a preocupação é de ordem sintática, embora admitamos que aí também possam ser levantadas considerações ligadas à semântica. A questão fundamental é que, no grupo das *orações sem sujeito pessoais*, que incluiria todo o acervo das tradicionalmente classificadas como exemplos de “sujeito” indeterminado, existe a possibilidade de que o verbo aí presente possa ser regido por um SN sujeito em construção prototípica dual portuguesa. No segundo caso, o dos verbos propriamente impessoais, tal possibilidade não se dá. Essa diferença coloca em campos sintáticos distintos verbos pessoais e impessoais, ainda que possamos ter estruturas sem sujeito em ambos.

Não podemos deixar de tocar na denominação, por vezes adotada e incorporada por muitos alunos de “sujeito inexistente”,<sup>5</sup> apresentado como um dos “tipos de sujeito”, o que não faz qualquer sentido. É uma questão mais do que óbvia que um tipo de sujeito não pode ser o “inexistente”. Não se trata de purismo lexical ou semântico, pois tal denominação e a abordagem que subjaz à mesma só proliferam desinformação e confusão no processo de aprendizado, mais uma vez imiscuindo sintaxe e semântica, sem critérios de divisão claros o suficiente para definir as fronteiras entre os dois olhares. Nossa proposição, acima apresentada, pode ter alguma contribuição em termos de nitidez de visagem da rede sintática oracional da língua.

Esse conjunto sintático agregado sob o emblema de orações sem sujeito já coloca a língua portuguesa e, muito especialmente, sua vertente brasileira, como um idioma mais tolerante à não ocorrência de orações prototípicas duais do que a esmagadora maioria de línguas de que temos conhecimento. Mesmo línguas que registram orações sintaticamente sem sujeito, como é o caso do italiano, do espanhol, do latim, do grego e de outras, não apresentam tamanha permissividade à proliferação dessa estrutura oracional sem SN sujeito.

## **2 MORFOSSINTAXE DAS ORAÇÕES SEM SUJEITO**

Por mais que seja intuitivo, é preciso apontar como fator característico da composição das orações sem sujeito, tanto pessoais quanto impessoais, a flexão verbal exclusivamente em 3ª pessoa. Óbvio e intuitivo, por exemplo, quando pensamos na descrição de fenômenos da natureza, os quais estão, com certeza, no plano extradiscursivo. Da mesma forma, todos os demais casos de oração sem sujeito, sejam de inexistência de

---

<sup>5</sup> Note-se que a adoção de tal nomenclatura não se faz presente na NGB, mas, mesmo assim, foi difundida por iniciativa de várias gramáticas e livros escolares brasileiros.

agente, sejam de ocultação/desconhecimento do mesmo, pressupõem o mesmo processo básico morfossintático em português: a ausência de SN e o verbo na 3ª pessoa.

Antes de prosseguirmos, destaquemos que os conceitos de sujeito e agente, embora pertencentes a planos distintos da organização gramatical, interpenetram-se bastante, tal qual ocorre no uso espontâneo da língua. A divisão entre sintaxe e semântica é um recorte a serviço de todo aparato de investigação e descrição linguísticas. Além disso, precisamos ter claro que a língua, na condição de sistema semiótico altamente sofisticado e complexo, sempre visa à significação. Nesse sentido, a sintaxe, em termos hierárquicos, está naturalmente a serviço da semântica. Afora isso, é preciso atentar também para o fato de que a identidade entre agente e sujeito é uma marca forte das línguas indo-europeias oriundas de um sistema de casos organizados hierarquicamente a partir do nominativo e do acusativo (cf. ABRAÇADO, 1999). Não é por acaso que o sujeito considerado prototípico, pela intuição do falante do português, contém como traço destacado a agentividade (cf. PONTES, 1986). Ao mesmo tempo, curiosamente, não há, na maioria das línguas indo-europeias, um caso absolutivo que corresponderia a um sujeito não agente com verbo intransitivo.<sup>6</sup> Então, somos levados a pensar que o nominativo indo-europeu incluiu o traço de agente como marca formal distintiva da posição de sujeito. A não existência ou identificação do agente levou a um dos dois processos recorrentes nessas línguas para tais casos: o apagamento total da própria possibilidade de SN sujeito ou a abstratização semântica desse agente, representada sintaticamente por um expletivo, como ocorre em línguas como o inglês, francês, alemão e encontrado também em línguas nórdicas,<sup>7</sup> por exemplo.

Quanto ao uso de verbos em 3ª pessoa, constatamos aí a reafirmação da expressão da *não pessoa*, da ausência. Nesse caso, a aderência entre semântica e sintaxe é muito grande. O verbo aí conjugado é a expressão pura e formal de um operador tão somente morfossintático. Dada a ausência plena<sup>8</sup> de SN sujeito, só cabe a expressão gramatical da *não pessoa*, a própria não referência.

No caso da oração sem sujeito pessoal que corresponde à indeterminação semântica do agente, chama a atenção tanto a especificidade morfológica da terceira pessoa do plural, forma vastamente difundida do uso dessas construções, quanto a morfossintática da terceira do singular acompanhada pelo, assim chamado em descrições

---

<sup>6</sup> Aí está a base do conceito de ergatividade que exploraremos com mais detalhes adiante.

<sup>7</sup> Curioso é o caso de expletivos em língua portuguesa, como *Ele choveu*, marca de dialetos de Português Europeu (PE) (ver CARRILHO, 2000).

<sup>8</sup> Lembremos mais uma vez que, nas orações com sujeito elíptico, o SN sujeito é recuperável no manejo do contexto e da decodificação dos instrumentos coesivos. Daí não se tratar de um caso de ausência plena de SN sujeito, uma vez que a língua é provida de instrumental, em sua organização coesiva, para a identificação de tal SN.

tradicionais, *Índice de indeterminação do sujeito*. Tal denominação deixa, sem dúvida, pouca clareza acerca de qual seja a natureza morfológica desse item. Encontramos, por vezes, a referência ao termo como *pronome*, mas isso nos parece merecedor de mais análises, uma vez que seu papel aí não se compatibiliza com a referência a qualquer SN substantivo que possa ser recuperável contextualmente. Seu papel, admitida sua natureza pronominal, embora talvez mais heterodoxa do que o protótipo pronominal, só pode ser assim compreendida se recorrermos mais uma vez à ideia de que a terceira pessoa é o ponto de referência à ausência e que isso vale em termos sintáticos e semânticos. Só com tal olhar podemos entender que o papel de representação pronominal que recairia sobre essa forma é de referência ao que foi apagado em nível sintático para operar uma ocultação<sup>9</sup> do agente, em nível semântico. De todo modo, a nomenclatura *Índice* parece-nos nebulosa, sobretudo quando aplicada ao ensino.

### 3 ORAÇÕES SEM SUJEITO PESSOAIS

As orações aqui referidas são precisamente as que correspondem ao que as gramáticas tradicionais consagraram como *sujeito indeterminado*. Já apontamos que essa denominação reflete um erro de avaliação do que aí ocorre. Reiteramos que não se trata de indeterminação do sujeito, mas do agente. O sujeito simplesmente não se faz presente em tais situações. A não presença do agente leva a uma deslexicalização do SN sujeito.

É importante lembrarmos que há muitos outros mecanismos concorrentes de indeterminação do agente em língua portuguesa. Só a título de ilustração, uma vez que nosso objetivo não é discutir a indeterminação do agente, apontemos alguns recursos de que nos valem, usualmente, em português, para a consecução da mesma, além, é claro, da oração pessoal sem sujeito que aqui descreveremos com mais vagar:

- A escolha de um SN que represente, em nível semântico, referência vaga ou por demais genérica. É o que vemos em: ***Alguém*** *tocou a campainha/Uns malucos começaram essa confusão toda/Neguinho não entendeu nada do que eu disse.*<sup>10</sup>
- A ocupação da posição de SN sujeito por um paciente, em construção típica ergativa, que detalharemos à frente: ***O copo*** *quebrou.*

---

<sup>9</sup> Aqui se exemplifica bem como a denominação de *sujeito oculto* consagrada por muitas gramáticas propicia pouca clareza acerca do que seja este tipo de sujeito. Em tempo, justiça seja feita novamente, lembremos que tal nomenclatura não é encontrada na NGB.

<sup>10</sup> Note-se que, em outras construções, evidenciar-se-ia o caráter genérico em detrimento do que realça a referência semântica vaga: *Zico é o neguinho mais fabuloso que já vi jogar futebol.*

- Construções que põem em evidência processos de nominalização muito generalizados e que são, a rigor, consequência do primeiro tipo: ***A fiscalização destas obras é muito ruim.***

- A utilização expletiva de *você*, deslocado tanto de sua esfera de pronome de tratamento quanto da de pessoal do caso reto:<sup>11</sup> ***Você não encontra mais paz no espaço urbano.*** Esse último caso se aproxima, do ponto de vista sintático (mas não do semântico), do processo que dá origem a orações de sujeito expletivo em línguas como alemão, inglês ou francês, entre outras. Processo similar ao que constrói indeterminação de agente com *você* pode ser também estendido a *a gente*,<sup>12</sup> também expletivo, afastado de seu papel, ora crescente, de pronome do caso reto.

Poderíamos ainda expandir tal relação, mas não é nosso objetivo debruçarmo-nos detidamente sobre o fenômeno da indeterminação do agente. Interessa-nos mais a demonstração de que, efetivamente, a indeterminação do agente pode ser feita por diferentes roteiros sintáticos na língua. Aqui nosso interesse volta-se ao caso em que se dá a total deslexicalização do SN sujeito, originando-se daí uma oração sem sujeito, com SV nucleado por verbos de caráter pessoal.

É fator distintivo das orações pessoais sem sujeito a utilização de verbos que contenham o traço [+humano] (cf. AZEREDO, 2008), característica já indicada anteriormente a respeito desse tipo de oração: “Refere-se sempre a ente humano” (SAID ALI, 1965). A possibilidade de construções como *\*Desabrocharam inesperadamente* ou *\*Rugiram de forma assustadora*, pressupondo-se, claro, impossibilidade de remissão elíptica, só fica salvaguardada da agramaticalidade na esfera literária. Tal traço reforça a faceta marcada e prototipicamente pessoal dessas construções.

É preciso destacar que, das duas estruturas apontadas como passíveis de expressar morfossintaticamente orações desse tipo, a mais produtiva é, claramente, a que apresenta o SV nucleado por verbo na terceira pessoa do plural. A forma constituída por verbo na terceira do singular seguido por *se* limita-se quase exclusivamente ao registro escrito e, mesmo assim, em situações de maior formalidade, em atenção às recomendações advindas das lições gramaticais. Ainda é necessário indicarmos aqui mais um tipo de construção, este

---

<sup>11</sup> Não há, a nosso ver, como não reconhecer que o pronome *você* desfruta, em PB, do *status* funcional de pessoal do caso reto, sendo concorrente da forma *tu* e já tendo usurpado, no plural, obviamente flexionado, essa posição do pronome *vós*.

<sup>12</sup> A última observação é também válida para *a gente*, em franca concorrência com a forma *nós*. Para maiores informações sobre *você* e *a gente* como pronomes pessoais do caso reto, remetemos à leitura de LOPES, Célia Regina dos Santos & RUMEU, Márcia Cristina de Brito. O quadro de pronomes pessoais em português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, Ataliba *et alii* (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007.

mais produtivo no PE: a forma *diz que*, entendida “... como equivalente de *diz-se que* (caso não tenha resultado de eliminação de outro vocábulo, ou não seja redução de *dizem que*)” (SAID ALI, 1965).

Eis que surge um ponto há muito polêmico na descrição dessas estruturas: como interpretar o *se* presente em, por exemplo, *Vendem-se casas* ou ainda em *Vende-se casas*. A esse respeito, antes de qualquer análise, concedemos a palavra ao mestre Said Ali:

[...] nas proposições do tipo ‘Vendem-se casas é latente a noção de um agente humano [...]. A circunstância de em ‘Vendem-se casas’ se dizer, como realmente se diz em linguagem culta, o verbo no plural, fazendo-o concordar com o substantivo que se segue, é um dos ilogismos gramaticais, em que se continua a manter a forma demandada pelo sentido originário sem atender a que este sentido se ache alterado. A incoerência salta aos olhos, não somente quando se comparam as construções de verbo transitivo com as de verbo intransitivo, mas ainda quando se cotejam duas frases com o mesmo verbo transitivo, regidas uma com o substantivo no plural precedido da preposição ‘a’, a outra com o substantivo sem preposição: “Adora-se aos deuses” e “Adoram-se os deuses”<sup>13</sup> (SAID ALI, 1965, p. 270).

Feita tal reflexão, retornemos a nossos exemplos. Muitas lições de gramática tradicional nos indicariam a apontar como plausível somente o exemplo *Vendem-se casas*. No entanto, a construção *Vende-se casas* é de curso inegável na língua. A questão aqui, segundo nosso juízo, sequer se trata da pluralização do núcleo do SN presente, seja o mesmo interpretado como sujeito ou objeto. Fosse *Vende-se casa/apartamento/imóvel* tratar-se-ia da mesma situação. Há aí um agente não explicitado lexicalmente na posição sintática de sujeito. Basta lembrar que a variante encontrada para tais construções, com a explicitação de tal agente, é a fórmula *X vende casa(s), apartamento(s)/imóveis*, em que *X* pode corresponder, por exemplo, ao nome de uma empresa imobiliária, no exemplo dado. Consideramos, portanto, que só cabe interpretação de voz passiva em um caso como de *Vendem-se casas*. Nos restantes casos em que nos encontramos diante de verbo no singular, seja o mesmo transitivo ou não, só cabe a análise de que estamos diante de uma situação de indeterminação do agente, o qual corresponderá, no plano sintático, a uma oração sem sujeito de caráter pessoal. Remetemos por fim a BECHARA (2001, p. 178):

[...] o *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo de verbos não acompanhados de objeto direto –, estendeu seu papel aos transitivos diretos [...] e de ligação (*É-se feliz*). A passagem deste emprego de passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo [...].

---

<sup>13</sup> Optamos pela manutenção da ortografia encontrada na obra.

Em verdade, o percurso histórico do pronome *se* de reflexivo a passivo e, finalmente, a indeterminado, ainda carece de maior análise em português, especialmente em nosso uso brasileiro. E, sobretudo, as descrições gramaticais têm que levar em conta tal percurso bem como seus desdobramentos e conseqüências atuais.

#### **4 ORAÇÕES SEM SUJEITO IMPESSOAIS**

Esse conjunto corresponde ao que, tradicionalmente, foi denominado de casos de *oração sem sujeito*. Eis que aqui não temos nem SN sujeito na esfera sintática, nem sequer a possibilidade de agente no plano semântico.

No conjunto de verbos impessoais, encontramos duas vertentes bastante distintas. A primeira delas é relativa a verbos portadores de uma impessoalidade que consideramos essencial, dada, inerente à língua. Enquadram-se aí todos aqueles que denotam fenômenos da natureza, como *chover, anoitecer, ventar, trovejar, nevar etc.* Aqui os denominaremos *fenomenológicos* (sem qualquer referência à utilização e tratamento que o termo recebe em estudos filosóficos). Incluímos, nesse rol, outras construções portadoras unicamente de SV predicado com afinidade semântica e de comportamento sintático com este grupo primeiro e mais imediato. A respeito disso, debruçar-nos-emos no próximo item.

A outra vertente de construções impessoais em língua portuguesa pode ser caracterizada como de uma impessoalidade acidental e construída na história da língua. Os verbos que aqui se configuram são de uma ordem mais heterogênea que a do primeiro agrupamento. São exemplares desse outro segmento impessoal português: *haver, ter, ser, estar, fazer, ir, dar*. Tais verbos, ao lado de uma acepção pessoal, possuem também um claro sentido impessoal, embora, em alguns casos, o último já tenha se sobreposto à primeira com bastante abrangência, como observamos especialmente em *haver*, efetivamente fossilizado em PB (Cf. AVELAR; CALLOU, 2007). Acreditamos que todos esses verbos constroem efetivamente orações desprovidas de SN sujeito, sendo portadores de comportamentos e características em comum que propiciam tal impessoalização.

#### **5 A IMPESSOALIDADE VERBAL FENOMENOLÓGICA**

Já estão categorizados aqui todos os verbos obviamente fenomenológicos. A esses precisamos agregar outros que também o são, em sentido lato. Começamos pelas construções em que verbos gramaticalizados, agregados a substantivos, adjetivos ou advérbios, expressam atributo desses fenômenos; como: *Já era tarde/ Está muito frio e*

similares. A esse respeito, também julgamos oportuno integrar como parte desse grupo o verbo *fazer* seguido de SN objeto direto, em construções como: *Fez muito frio ontem*. Há ainda os verbos que podem ser sinônimos desses fenômenos da natureza e assumir, em tal acepção, forma igualmente impessoal: *Escureceu cedo/ Ainda não clareou* (Cf. AZEREDO, 2008, p. 233). Todas essas são, enfim, construções que enquadrados no conjunto dos verbos fenomenológicos, compreendendo-os, doravante, em um sentido ampliado.<sup>14</sup>

Reiteremos que construções correlatas em algumas outras línguas indo-europeias não se realizam, sintaticamente, sem sujeito. Exemplos mais imediatos temos no inglês *It rains*, no francês *Il pleut* ou no alemão *Es regnet*, equivalentes ao português *Chove*. O que observamos nas referidas línguas é a presença de um expletivo a ocupar a posição sintática do SN sujeito. Ainda que possamos, para tais exemplos, estabelecer uma similaridade semântica para uma mesma ideia básica, não há dúvida de que o tratamento sintático é, indubitavelmente, distinto, correspondendo ao empenho de diferentes estruturas e recursos de estruturação para lidar com uma mesma ordem de abstração. Enfim, não podemos constatar orações sem sujeito, em se tratando de verbos fenomenológicos, nas referidas línguas (inglês, francês e alemão). Já no caso do português, a ausência do SN sujeito é a manifestação sintática que singulariza tais construções.

Situações à parte são as verificadas com verbos que flutuam entre a impessoalidade, portanto sintaticamente sem sujeito, e a construção pessoal prototipicamente dual em português: *Amanheceu/ O dia amanheceu* ou ainda *Estiou/ O tempo estiou*.

Caso curioso, em nossa língua, é o da expressão *Chover granizo* que poderia ser tomada precipitadamente como contraexemplo à impessoalidade fenomenológica. Contudo, é preciso lembrar que, embora essa percepção não esteja ativada na intuição atual do falante, tal construção opera no plano da conotação, estabelecendo suplementação verbal (não obstante, haja dicionarizado, em português, o verbo *saraivar*, como correlato à precipitação de granizo, em que pese tal verbo, no uso cotidiano, ter sido transportado a outras paragens semânticas, especialmente a partir de seu participípio), tal qual ocorre, similarmente, em *O vento sopra* ou *O rio corre*. Portanto, *chover granizo* é da mesma ordem da que encontramos, por exemplo, na expressão *Chover canivetes*. Obviamente, precisamos considerar que aquela expressão apresenta indícios de metaforização menor do que esta, inclusive por ter se perdido da percepção linguística cotidiana tal valor metafórico, só apreensível em um sentido de historicização que justamente a resgate.

---

<sup>14</sup> Os verbos que suplementarmente compõem o grupo dos fenomenológicos são um caso que, estruturalmente, passam pelos mesmos processos do grupo de impessoais acidentais que veremos a seguir. Já do ponto de vista sintático-semântico, sem dúvida, estão no rol fenomenológico. Por ora e para os objetivos deste texto, basta a constatação de sua existência, de seu comportamento, bem como sua categorização, não havendo aqui possibilidade de uma descrição mais pormenorizada dos mesmos.

Enfim, em língua portuguesa, podemos dizer que os verbos fenomenológicos correspondem, invariavelmente, a construções impessoais. E precisamos distinguir fenômenos naturais daquilo que preferimos denominar processos naturais. Os primeiros já foram aqui tipificados e expressam acontecimentos pontuais ou momentâneos da natureza, ainda que cíclicos. Já os segundos referem-se a permanências da natureza. Não há, para o último grupo, em geral, expressão verbal em português. Tomemos, como exemplo, o correr dos rios ou a circulação de ar atmosférico.

Obviamente, exclui-se do supracitado o verbo *orbitar* que, ainda assim, é, claramente, pessoal, e pode facilmente, na contemporaneidade, ser tomado fora do contexto de acontecimento da natureza. Aliás, os verbos que descrevem movimentos cosmológicos, se vistos como conjunto, parecem ser um caso claramente à parte. Verbos como *orbitar*, *gravitar* e outros podem sim ser utilizados em construção pessoal. No entanto, há especificidades que precisam ser levantadas sobre os mesmos. Em primeiro lugar, não fazem parte de um acervo produtivo no uso diuturno da língua. No lugar de *orbitar*, comumente, opta-se por *girar*, *estar em órbita de* ou *entrar em órbita de*. Seria também o caso de discutir se os mesmos correspondem a fenômenos ou processos naturais, segundo a divisão que aqui propusemos. Haveria pontos de vista para categorizar tais verbos em um ou outro grupo. Reiteramos que eles se encontram em um campo de realidade tão abstrato à decodificação semântica mais imediata que escapam, como um todo, daquele comportamento que verificamos com os demais verbos fenomenológicos, em língua portuguesa. Esses verbos que expressam movimentos cosmológicos/astronômicos apresentam-nos tal dificuldade, pois é muitíssimo relativo descrevê-los como denotadores tanto de movimentos permanentes (processos naturais) quanto de acontecimentos cíclicos e não permanentes (fenômenos naturais).

Esses verbos talvez só sejam de produtividade alta em textos técnicos de Física, Astronomia ou Cosmologia. Notemos que, nesses, curiosamente, tais verbos não são tomados como processos permanentes, diferentemente de nossa prosaica percepção sobre os mesmos. No entanto, a interpretação que dada língua estabelece para a realidade não tem, de fato, comprometimento com uma leitura tecnicamente mais apurada e precisa dessa referida realidade. Enfim, feita a ressalva a esse pequeno acervo de verbos cosmológicos de difícil interpretação, só constatamos impessoalidade em português no que concerne aos fenômenos da natureza, não sendo essa constatada nos processos naturais.

Lembramos aqui de línguas que nos apresentam outros comportamentos para fenômenos da natureza, em construções claramente pessoais. Temos exemplo disso em italiano e em latim, em que, apesar da maioria dos fenômenos da natureza, expressos

verbalmente, corresponderem a estruturas sem SN sujeito, é possível encontrar contraexemplos. Se em italiano, por um lado, temos *Piove*, realização impessoal; por outro, encontramos o verbo *eruttare*, que significaria, em português, aproximadamente, *entrar em/expelir erupção vulcânica*, com um SN complemento verbal, especificador do que fora expelido nesta atividade da natureza. Tal verbo, em que pese, indiscutivelmente, indicar fenômeno da natureza, é pessoal, como em: *L'Etna ha eruttato cenere, lava e lapilli*, em que se observa ainda o comportamento não só pessoal, mas transitivo do verbo. Paralelo a esse é o latino *erumpo*. Poder-se-ia pensar, nessa situação, no efeito de personificação atribuído aos vulcões, como interferente no processo. Porém, ainda assim, é inegável que temos aí uma estrutura pessoal. Em português, lidamos com a personificação de furacões e ciclones, os quais são tratados por substantivos próprios para sua designação, mas, nem por isso, temos um verbo correspondente a tal fenômeno da natureza, como ocorre em italiano. À língua portuguesa resta, no caso supracitado, recorrer à suplementação, por meio de deslocamentos metafóricos ou não, a verbos como *atingir*, *varrer* etc.

Acerca dos verbos fenomenológicos, nossa língua permite ainda a construção bimembre prototípica da oração portuguesa, conferindo-nos alternativas estilísticas variadas na estruturação de seu predicado (Cf. AZEREDO, 2008, p. 232-233): *Choveu*, em contraponto a *A chuva caiu/despencou/desmoronou...* A opção pela oração plenamente dual é também recorrente quando há interesse em explicitar relações de causa e efeito, por meio de um SN sujeito que passa, então a ocupar o *status* semântico de causador (Cf. GASSER, *online*): *O vento agita as árvores./ A última chuva inundou várias cidades de Santa Catarina*. Além disso, a opção pela utilização da estrutura dual prototípica da oração também oferece maiores possibilidades de especificação, esclarecimento, enfim, caracterização geral do fato em questão, uma vez que amplia as possibilidades de determinação pelo restabelecimento do SN sujeito. Assim, é possível a utilização de determinantes e/ou circunstancializadores tanto junto ao núcleo do SN sujeito quanto do SV predicado. Também são agregadas ao restabelecimento do SN sujeito alternativas de sinonímia deste núcleo que também cumprem importante papel estilístico e descritivo: *chuva*, *chuvisco*, *temporal*, *chubaréu*, *toró*.

Ainda carece de maior debruçar o que distingue conceptualmente *chuva* de *chover*, por exemplo. Claro que, em termos morfológicos e distribucionais, não há dúvidas quanto a isso. Mas aqui nos referimos a um nível semântico profundo em que ambos os vocábulos parecem materializar o mesmo ente ou fenômeno, o qual, inclusive, pode ser encarado de ambas as formas.

O fato de que, em muitíssimas línguas, os verbos fenomenológicos gerem estruturas não prototípicas de oração, seja em nível sintático, pela ausência do SN sujeito, seja em

nível semântico, pela utilização de um sujeito meramente expletivo, informa-nos de algo de muito especial na relação das sociedades humanas com a percepção e descrição de tais fenômenos. Independente do velho e insolúvel debate da Filosofia da Linguagem, acerca da precedência genética de verbo ou substantivo na linguagem humana;<sup>15</sup> não resta dúvida de que, quando do tratamento destas manifestações naturais, o papel em evidência cabe ao SV predicado em qualquer que seja a fórmula sintática ou semântica de expressão das mesmas.

Há pelo menos mais um aspecto que, em termos descritivos, chama nossa atenção ao observarmos esse grupo de verbos impessoais: o fato de que, em comparação com seus correlatos impessoais que denominamos acidentais, constituem um grupo, no mínimo, menos produtivo e de caráter bastante hermético. Não há como se vislumbrar uma renovação lexical nos verbos de impessoalidade essencial, salvo, naturalmente, o deslocamento, por meio de processo de gramaticalização, de novos verbos, entendidos então como impessoais essenciais em sentido lato. Ainda assim, tal renovação não poderia ser apontada como processo de lexicalização, uma vez que operaria em extratos cada vez mais gramaticais da língua.

## **6 A IMPESSOALIDADE VERBAL GRAMATICALIZADA**

A outra vertente de construções impessoais em língua portuguesa pode ser caracterizada como de uma impessoalidade acidental e construída na história da língua. Os verbos que aqui se configuram são de uma ordem mais heterogênea do que do primeiro agrupamento. Como já dissemos, são exemplares deste outro segmento impessoal português: *haver, ter, ser, estar, fazer, ir, dar*.

Na impossibilidade de nos debruçarmos em uma descrição pormenorizada de todos esses, especial atenção daremos aos verbos *haver* e *ter*, em acepção existencial, como exemplificativos da segunda vertente impessoal. A gramática tradicional de língua portuguesa consagrou o entendimento do primeiro como impessoal, no lastro de seu ancestral latino *habere*, ou seja, como este era construído com acusativo, transpôs-se a interpretação de que aquele também interagiria com objeto direto. Já *ter* recebeu tratamento similar, do ponto de vista sintático, mas, prescritivo (ou, no mínimo de uso desaconselhável, na norma culta da língua), a respeito de seu uso, como observamos em vários autores.

---

<sup>15</sup> Em CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas: a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, encontra-se demonstrativo de argumentos para ambos os pontos de vista.

Ilustremos tal constatação com um excerto de obra reputada na tradição gramatical brasileira, cuja primeira edição data de fins do século XIX:

A sua [do verbo haver] **substituição pelo verbo ter**, [é] um **dos phenomenos mais constantes, mais geraes que se observa até mesmo entre pessoas doutas**, ex.: “Na festa tem (ha) muito povo. Tinha muita agua na rua.”<sup>16</sup>. [grifos nossos] (MACIEL, 1931, p. 397).

Tal citação encontra-se no capítulo relativo aos “phenomenos irregulares e anômalos” da língua, o que enseja, em si, postura prescritiva. Ao mesmo tempo, há a constatação, nesse trecho, do grau de disseminação de tal prática “irregular e anômala”, atingindo, inclusive, o falar das “pessoas doutas”, enfatizado aí, inequivocamente, pela expressão “até mesmo”.

Acerca desses verbos, é notório o percurso, ora transcorrido por *ter*, que refaz o trajeto do próprio *haver* português e do *habere* latino: um verbo de acepção inicialmente possessiva que passou aos domínios existenciais. A esse respeito, registramos os pareceres de dois importantes autores sobre o tema:

Repete-se, na língua de hoje, o que aconteceu no latim vulgar: coexiste o verbo *ter* significando possuir, usado numa construção SVO que também não é prototípica, pois o sujeito não é agente, o verbo não é de ação e não se pode apassivar, como se vê em: João tem um livro. \* Um livro é tido por João (PONTES, 1986, p. 66).

[...] se acompanha no uso de ‘habere’ nas frases existenciais em latim vulgar, quando inicialmente figurava como sujeito um nome de lugar, exatamente como em port. — ‘a África tem leões’. A passagem a uma construção impessoal consistiu em visualizar o lugar como “cenário” em vez de partir-se dele como de um “possuidor”. [...] se trata de uma tendência de formulação mental, prova-o o vulgarismo brasileiro, que repetiu a mudança com o verbo ‘ter’ nas mesmas condições (na África tem leões). Podemos dizer que o nome de lugar, a princípio o TEMA ou sujeito do fato expresso, foi integrado nesse fato, ou PREDICADO, como o quadro em que ele se verifica (CAMARA JR., 1974, p. 178).

Tal similaridade de comportamento pode repousar em uma proximidade na matriz conceptual das relações de posse e existência (Cf. AVELAR; CALLOU, 2007 e FRANCHI *et alli*, 1998). Em muitas línguas, os verbos utilizados para posse e existência são um só: bengali (*ac*), mandarim (*you*), esquimó (*qar*), estoniano (*olema*), finlandês (*olla*), grego moderno (*ékhein*), hebraico (*yesh*), híndi (*hona*), húngaro (*van*), turco (*var*) e muitas outras línguas (Cf. CLARK, 1978). Considerando que tal proximidade entre existência e posse pode ser verificada também em línguas não indo-europeias, reforça-se a tese dessa matriz conceptual comum.

---

<sup>16</sup> Também aqui mantivemos a grafia original encontrada na obra.

Partindo de tal ideia e da reflexão de CAMARA JR., podemos chegar à seguinte proposição para relações de posse/existência:

[LOCATIVO] + [verbo de POSSE ou EXISTÊNCIA] + [SN que se relaciona com o verbo na forma de argumento].

Notemos que tal sistematização dá conta de explicar a oscilação, ora em curso, em PB entre as construções seguintes, a título de exemplificação:

*Tem um hospital na minha rua.* [verbo de POSSE] + [SN (objeto)] + [LOCATIVO- SAdv]  
*Minha rua tem um hospital.* [LOCATIVO- SN (sujeito)] + [verbo de EXISTÊNCIA] + [SN (objeto)]

Precisa ser observada a diferença de *status* entre o SN combinado a *ter* existencial e aquele verificado em sua versão possessiva. Na primeira construção, ele corresponde a objeto, já na segunda é elevado a sujeito. Tal flutuação, relativa ao verbo *ter*, não se verifica, ao menos não abrangentemente, em Portugal, como exemplificado neste diálogo entre um português e uma brasileira:

- a. João: Tem uma tesourinha?
- b. Mary: Tem.
- c. João: 'Tem', não. 'Tenho'.
- d. Mary: Não, é 'tem' mesmo  
 (KATO, 2004 apud AVELAR & CALLOU, 2007).

Vemos aí uma distinção de entendimento quanto ao próprio sentido do verbo *ter*. Enquanto é tomado segundo uma percepção possessiva para um falante de PE, soa existencial a uma usuária da variedade brasileira, no contexto comunicacional acima exemplificado.

O surgimento de contextos opacos de uso pode ser apontado como um dos fatores que, na gramática do PB, possibilitou o atual entendimento de *ter* para falantes dessa variedade, como exemplificado, historicamente, em: “e assim ia que não pode tratarse do pasado deuia a **Sancta Caza da Mizericordia** [...] ver as desconuencias que **tinha**.” [grifos dos autores] (AVELAR; CALLOU, 2007 – texto notarial/1691). Como outro forte impulsionador desse processo, podemos apontar a erosão da malha flexional do PB, que, tendencialmente, caminha para uma oposição marcada entre a 1ª pessoa do singular e as demais, oscilando entre os dois quadros abaixo, correspondendo o primeiro, em geral, a contextos plenamente orais e informais:

| PESSOA | SINGULAR        | PLURAL                         |
|--------|-----------------|--------------------------------|
| 1ª     | Eu <b>chego</b> | Nós/ A gente <b>chega(mos)</b> |

|    |                                     |   |
|----|-------------------------------------|---|
| 2ª | Tu <b>chega</b> / Você <b>chega</b> | Vós (pessoa e flexão tendendo à fossilização em LÍNGUA PORTUGUESA)/Vocês <b>chega</b> |
| 3ª | Ele <b>chega</b>                    | Eles <b>chega</b>   |

| PESSOA | SINGULAR                            | PLURAL                                     |
|--------|-------------------------------------|--|
| 1ª     | Eu <b>chego</b>                     | Nós <b>chegamos</b> / A gente <b>chega</b> |
| 2ª     | Tu <b>chega</b> / Você <b>chega</b> | –/Vocês <b>chegam</b>                      |
| 3ª     | Ele <b>chega</b>                    | Eles <b>chegam</b>                         |

Essa dilapidação flexional parece, decididamente, haver contribuído para que *ter* se tornasse o verbo dominante em acepção existencial no PB, uma vez que, a partir daí, os mencionados contextos opacos avolumaram-se no PB. Além desse efeito, a simplificação das flexões verbais sintéticas deixou ainda outros legados que destacaremos adiante.

Ilustrativo do predomínio de *ter* existencial no PB e do percurso histórico das relações de existência, posse e estado (transitório e permanente) é o seguinte quadro, sobre o percurso histórico de construções impessoais<sup>17</sup>:

|                 | EXISTENCIAL      | ESTADO TRANSITÓRIO | ESTADO PERMANENTE | POSSESSIVO       |
|-----------------|------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| ... – SÉC. XIII | <i>seer</i>      | <i>seer</i>        | <i>seer</i>       | <i>aver</i>      |
| SÉC. XIII-XVI   | <i>seer/aver</i> | <i>seer/estar</i>  | <i>seer</i>       | <i>aver/teer</i> |
| PE XVI- XX      | <i>haver</i>     | <i>estar</i>       | <i>ser</i>        | <i>ter</i>       |
| PB SÉC. XIX-XX  | <i>haver/ter</i> | <i>estar</i>       | <i>ser</i>        | <i>ter</i>       |
| PB SÉC. XX      | <i>ter</i>       | <i>estar</i>       | <i>ser</i>        | <i>ter</i>       |

(Fonte: AVELLAR; CALLOU, 2007).

A inclusão dos verbos de estado aí se faz pertinente pelo fato de os mesmos se correlacionarem, na história da língua, aos de posse e existência, imiscuindo-se inclusive na formação das construções impessoais. A esse respeito, vale observar, a título de curiosidade, que a língua portuguesa do século XIII coincidia, nos aspectos evidenciados, com o atual estado da língua inglesa, o que pode servir de mais um indício da proximidade que procuramos atestar entre as formas verbais aqui em jogo. No mais, em várias outras línguas, como húngaro, finlandês e híndi (cf. AVELLAR; CALLOU, 2007; CLARK, 1978), por exemplo, temos uma única forma verbal para a expressão de todas essas ideias. Entretanto, aqui, nossa atenção é tão somente voltada às relações de posse e existência.

Retornando à reflexão sobre *ter* e *haver* em seu uso existencial, parece-nos que, de fato, contrariamente ao apontado por parte apreciável da literatura que trata do assunto,

<sup>17</sup> Cabe também a remissão a Mattos e Silva (2001).

estamos diante de um caso de impessoalidade. Para corroborar tal posição, elencamos as seguintes reflexões:

1. Não há possibilidade de conjugação verbal plena desses verbos, na acepção existencial: *Penso, logo existo/\*Penso, logo hei/\*Penso, logo tenho/\*Penso, logo há/\*Penso, logo tem.*

2. É possível que o SN que acompanha tais verbos seja um pronome oblíquo: *Há tubarões no litoral de Recife/ Há-os no litoral de Recife.*<sup>18</sup>

3. A inversão para a ordem direta da língua portuguesa torna as orações agramaticais, quando esses verbos estão em jogo: *Vai haver uma festa na sexta/\*Uma festa na sexta vai haver/ Vai ter uma festa na sexta/\*Uma festa na sexta vai ter.*

Enfim, cremos que *ter* e *haver* existenciais constroem-se com SN objeto, e não sujeito. Integram-se, portanto, decididamente, a essa grande segunda vertente de verbos impessoais, junto a *fazer, ser, estar, dar, ir* e outros. Segundo nosso julgamento, curiosamente a gramática tradicional parece ter escrito certo por linhas tortas e muito mal esclarecidas a inúmeras gerações de estudantes. Aliás, por questão de justiça, há de se constatar que, se faltam critérios descritivos claros e homogêneos à gramática tradicional, já em termos de intuição, em face dos poucos recursos teóricos com que ela contou na maior parte de seu desenvolvimento, tem méritos mal reconhecidos.

É preciso nos defrontarmos agora com o seguinte questionamento: Mas o que todos estes verbos possuem em comum que poderia ser fator propiciador desse comportamento impessoal? Por ora, apontamos dois fatores, reconhecendo que há necessidade, quanto a esse ponto, de pesquisa mais detida: todos esses verbos são irregulares e gramaticalizados em língua portuguesa. A forma de tal gramaticalização é variada e pode mesmo ser concebida em diferentes graus de consolidação. Temos verbos que assumem usualmente o papel de auxiliares, já outros estão consolidados em uso vicário e, enfim, encontramos aí também a utilização de verbos como suporte. Em uma leitura provisória, podemos advogar que talvez a irregularidade, ou mesmo anomalia verbal em alguns casos, propicie ou acelere a gramaticalização desses verbos. Uma vez esvaídos de seu potencial lexical pleno, estariam então disponíveis linguisticamente para cruzar o *continuum* verbal rumo à impessoalidade. Em contrapartida, uma carga lexical acentuadamente homogênea seria

---

<sup>18</sup> Há de se considerar que apreendemos aqui tal possibilidade em sentido histórico. Se considerarmos que o oblíquo *o* vem perdendo terreno para *ele*, teríamos então *Há eles no litoral de Recife*. É preciso considerar que esse último pronome aqui se apresenta, como em tantos outros casos atestáveis em PB, em sua roupagem acusativa, de forma coincidente com a nominativa. Em outras palavras, a utilização da forma *ele(s)* aí não seria resultante de uma interpretação do pronome como sujeito, mas a regularização de um processo cada vez mais abrangente no referente ao pronome de terceira pessoa objeto direto em PB.

fator de manutenção no hemisfério pessoal desse mesmo gradiente verbal. Em outras palavras, quanto mais opaco o verbo, maior seu potencial à impessoalidade.

Não podemos deixar de mencionar um caso que nos intriga: *faltar*. Há, em português, claramente, dois verbos *faltar*. Tomemos, como exemplo, as sentenças: *Falta professor na rede pública* e *Professor falta na rede pública*<sup>19</sup>. No primeiro caso, o verbo entremeia-se no campo semântico de ausência, de não existência; já no segundo exemplo, temos a acepção de ausentar-se, não se fazer presente. Obviamente, existe uma grande proximidade conceptual entre os dois sentidos. Mas, de todo modo, o verbo a que aqui nos referimos é o da primeira acepção, em geral, com SN sujeito posposto. Em uma oração como *Falta sal nessa comida* parece-nos patente que o SN aí presente é um objeto. O problema de análise instaura-se ainda mais pelo fato de que a sustentação à impessoalidade encontra facilmente equivalência semântica, por meio da paráfrase *Não tem sal (suficiente) nessa comida*. Mas, nesse caso, passamos a operar fora do campo sintático, não tendo sequer como aplicar o princípio da opacidade como meio propiciador à impessoalização verbal, uma vez que, morfológicamente, *faltar* é, sem dúvida, regular. Há pouca reflexão sobre a possível natureza impessoal deste verbo (cf. BAGNO, 2009) que, sem dúvida, precisa ser alvo de um olhar mais aprofundado.

Ainda situamos nas construções impessoais acidentais os casos de *Basta de*, *Chega de* e *Trata-se de*. Já há algum tempo, os mesmos têm sido assim categorizados em gramáticas de referência (cf. BECHARA, 2001 e AZEREDO, 2008). Os dois primeiros nos parecem indiscutivelmente impessoais, mas de uma impessoalidade ainda mais acidental do que temos aqui tratado. Vemos aí um percurso de profunda gramaticalização, em que tais formas migram de uma categorização morfológica de verbos para uma interjetiva. Em meio a tal processo, encontram-se situados em um ponto da cadeia de impessoalidade, localização essa, a nosso ver, extremamente provisória. Esse caso não é diferente do que se verifica, em estágio talvez mais avançado com a realização informal *Ferrou* que tem ainda mais acentuado seu valor interjetivo, em detrimento de resíduos verbais, só ainda recuperáveis em construções de estrutura ergativa do tipo *Ferrou tudo*.

Já as construções que contêm a forma *tratar-se de* estão em uma esfera distinta. Há aqui uma situação que em muito escapa à sistematização em que englobamos os verbos prototipicamente impessoais acidentais. *Tratar-se de* conta com um aparato morfossintático agregado que não vemos em outras formas verbais desse grupo: a riqueza de possibilidades flexionais de tempo e modo (ausentes em *basta de* e *chega de*), a presença

---

<sup>19</sup> Mais complexa ainda é a análise desse caso se consideramos que na segunda construção há, de forma totalmente plausível, a possibilidade de leitura ambígua.

necessária do clítico e a preposição *de* (também constatável nos outros dois verbos referidos). Notemos que não há qualquer opção quanto ao não uso de tal regência. Há ainda que se refletir se uma construção como *Tratam-se de problemas sérios* sugere tão somente hipercorreção do falante. É óbvio que a pluralização do verbo ocorre aí por influência do SN pluralizado, o qual, ao mesmo tempo, não pode ocupar a função de sujeito da oração, dada a presença da preposição que, repetimos, acopla-se por exigência do verbo. Essa relação é tão forte que sequer podemos nos referir ao verbo como *tratar-se* que não carrega qualquer indício de impessoalidade: *X tratou-se com um médico homeopata/ X tratou-se de uma dor de dente.*<sup>20</sup> Resta ainda a indagação de qual é o nível de sinonímia efetivamente existente entre o impessoal *tratar-se de* e o verbo *ser*. Enfim, *tratar-se de* talvez merecesse uma categorização à parte em nossa descrição, uma vez que se singulariza por demais do restante dos impessoais acidentais. Mais que isso, as próprias condições e motivações em que se assenta sua impessoalidade precisam de maior problematização.

Por fim, essa segunda vertente de construções impessoais vem se demonstrando marcadamente produtiva no PB, com destaque para *ter* existencial; *dar* em construções como: *Aqui dá muito tomate; fazer*, indicando tempo decorrido: *Faz anos que não te vejo*, entre outras. Todas essas possibilidades de aceção com tais verbos são correntes no PB, e de atestação difícil em PE. Enfatizamos, nesse ponto, que difícil, mas não inexistente. Há fontes que comprovam o uso marginal dessas construções típicas do PB em Portugal. As referidas fontes são a monografia intitulada *A linguagem dos pescadores de Ericeira*, de autoria de Joana Lopes Alves e gravações dos projetos *Atlas lingüístico-etnográfico de Portugal* (ALEPG) e *Português Fundamental* (cf. NARO; SCHERRE, 2007). Esses dados podem perfeitamente servir de reforço à hipótese de que o PB corresponda a uma versão arcaizante da língua portuguesa (*Idem*).

## **7 A ERGATIVIDADE NO PB E AS ORAÇÕES SEM SUJEITO**

Além dos verbos e exemplos citados, a produtividade das construções impessoais em PB sofre interferência de outro fator já aqui abordado: o enxugamento das flexões verbais sintéticas herdadas do latim. É possível apontar ao menos três consequências visíveis, em PB, desse processo:

---

<sup>20</sup> Notemos que a preposição *de* aqui não se relaciona com o verbo da mesma maneira que apresentamos anteriormente.

1. A dissipação do parâmetro de sujeito nulo, ou seja, o PB, cada vez mais, precisa recorrer à pronominalização na posição de SN sujeito para identificação do referente da forma verbal. Assim, aproxima-se do padrão verificado, por exemplo, em inglês ou francês, em que a presença do pronome reto antecedendo o verbo é obrigatória. Nesse sentido, tal processo não se verifica em PE.

2. O surgimento de expletividade na posição de SN sujeito, marcada principalmente no pronome *você*,<sup>21</sup> de uso crescente e difundido em PB. Assim, chegamos hoje a construções concorrentes, como: *O Nordeste tem lindas praias/No Nordeste, tem lindas praias/Você tem lindas praias no Nordeste*<sup>22</sup> (cf. DUARTE, 2003).

3. Aumento das construções ergativas, ainda que em diferentes estágios na língua.

Esse último ponto é o que mais necessita ser elucidado. As construções ergativas têm se tornado bastante comuns e produtivas no PB.

Eis o ponto em que precisamos esclarecer o que seria a ergatividade. Línguas ergativas apresentam dois casos para distinguir se o sujeito da oração é ou não agente. O sujeito agente que se constrói com verbos claramente transitivos corresponde ao caso ergativo, sendo o SN objeto do verbo declinado em caso absoluto. O mesmo absoluto é o caso do sujeito não agente junto a verbos intransitivos, ou seja, há uma identidade semântica entre o sujeito não agente e o objeto direto tipificada na sintaxe destas línguas pelo uso do mesmo caso. São exemplos de línguas ergativas: o basco, o georgiano, tibetano, híndi, curdo, sumério, groenlandês, muitas línguas indígenas brasileiras, como yanomami, maxacali, tembé e outras, principalmente nos ramos macrotupi e macrojê, além de línguas ameríndias na América do Norte e no centro-oeste da América do Sul.

Detecta-se hoje no PB um comportamento sintático, de motivação semântica, aliás, possivelmente cognitiva, que o aproxima dessas línguas: a identidade entre o sujeito das construções monoargumentais<sup>23</sup> e o objeto direto daquelas com mais de um argumento (cf. ABRAÇADO, 2003).

Acerca do fenômeno da ergatividade em PB, podemos compreender uma escala de ergativização que poderia ser representada pela sequência:

---

<sup>21</sup> Por coerência, precisamos considerar que, correlatamente, o que indicamos para *você* é plenamente compatível com *a gente* também.

<sup>22</sup> Recordamos o papel de indeterminação de agente que essas formas podem também cumprir.

<sup>23</sup> Não fazemos referência à questão da transitividade, neste ponto, pois isso pressuporia enveredarmos por discussões como qual a natureza da intransitividade real ou aparente dessas construções monoargumentais, o que desviaria nosso foco de análise.

Pedro fechou a porta.  
Fechou-se a porta.  
Ø fechou a porta  
Fechou a porta.  
A porta fechou (Cf. NEGRÃO; VIOTTI, 2008).

O que observamos aí é um processo de apagamento gradual de quaisquer vestígios de agentividade que implica primeiro uma ocultação do sujeito agente; seguido de um estágio de indeterminação deste mesmo agente, correspondente sintaticamente a uma oração pessoal sem sujeito, que ocuparia um ponto mediano desse processo de ocultação do agente; passando por um estágio teórico, não concretizável de sujeito agente Ø. A partir daí, dá-se a construção em que o paciente ocupa o espaço do SN sujeito e, por fim, adere à posição canônica do mesmo em português, à margem esquerda da oração.<sup>24</sup>

Notemos ainda que essa análise pode se vincular a um fenômeno crescente no PB de queda dos clíticos (em alguns dialetos, como o mineiro, tal processo já se encontra em estágio bastante avançado). Além disso, ela identifica, de forma clara, um ponto mediano do *continuum* pessoal-impessoal das formas verbais portuguesas, que seria exatamente o momento do aporte e posterior perda do clítico.

No percurso acima exemplificado, percebemos um processo claro e completo de ergativização. O verbo passa a ter como sujeito o ser afetado, implicado no fato verbal e, ao mesmo tempo, assume “ares” intransitivos.<sup>25</sup> Isso é mais facilmente verificado com verbos prototipicamente causativos. Os mesmos vêm sendo crescentemente responsáveis pela gramaticalização de SNs sujeitos em língua portuguesa por meio de ergativização. Tais verbos corresponderiam àqueles com sujeito agente e objeto paciente com o verbo designando transferência clara de ação do primeiro para o segundo, o ser afetado. Esses verbos ocupariam o topo da escala de causatividade (para maiores informações, ver, além de NEGRÃO; VIOTTI, 2008, também ABRAÇADO, 1999). É nesse ponto que as construções ergativas mais se demonstram exitosas em PB. Mas há também inúmeros exemplos correntes de ergativização ainda não conclusa ou instável. É em tal ponto que repousa especial interesse nosso, uma vez que esse segundo padrão de ergatividade é gerador de orações não possuidoras de SN sujeito, tais quais:

*Vende muito carro aqui.*

*No texto diz que o eu lírico deseja a morte.*

---

<sup>24</sup> Para maior discussão das construções ergativas, ver Duarte, 1998.

<sup>25</sup> Na verdade, como já dissemos, a discussão acerca das relações entre ergatividade e intransitividade é bastante mais complexa, mas intencionalmente a simplificamos aqui.

Por curiosidade, o último exemplo é oriundo de resposta dada por um(a) aluno(a) em exame de literatura no segundo ano do ensino médio. O mesmo reproduz um padrão de construção absolutamente recorrente entre as possibilidades espontaneamente vislumbradas por outros estudantes ao redigir seus textos, sem que se crie, para muitos, qualquer processo de estranhamento que pudesse denotar suspeita de agramaticalidade na intuição dos mesmos.

Tais casos, a prosseguir o atual nível e curso de produtividade das construções ergativas em PB, podem, por outro lado, estabilizar-se como exemplos de SN sujeito gramaticalizado (nos exemplos, *muito carro* e a oração objetiva direta *que o eu lírico deseja a morte*). Tal nível de gramaticalização do sujeito já se encontra em estágio avançado em usos outros, envolvendo o deslocamento do adjunto adverbial a SN sujeito, como atestam: *Cabem dez pessoas nesse elevador/ Esse elevador cabe dez pessoas*. Tal caso é também de grande produtividade em nossa variedade de português.

Insistimos, enfim, que não é possível determinar os rumos da ergativização em PB, não havendo ainda explicação satisfatória para a eclosão tão acentuada da mesma em nossa variedade de português, mas é fato que tal fenômeno, ao migrar para verbos não prototipicamente causativos, amplia o acervo de possibilidades de construções sem SN sujeito em língua portuguesa.

## CONCLUSÃO

Enfim, pretendemos aqui levantar, em síntese, elementos para a reflexão acerca da oração sem sujeito em português, bem como norteadores dessa estrutura oracional, com atenção voltada à variedade brasileira. Muitos pontos outros precisam ser investigados. Apenas elencamos alguns destes, de forma bastante resumida, oriundos de nossa pesquisa em curso. Concluimos que, por ora, encontra-se especialmente produtiva, em PB, a impessoalidade verbal em sua vertente acidental, que mais heterogênea do que a primeira, necessita de elucidacões ainda maiores.

Precisamos ainda reatar o nó da proposição inicial de nosso trabalho que aponta a necessidade de que todo esse corpo de reflexões teóricas possa ter aplicabilidade em termos de ensino. Já propuséramos, no item 1, que há de se indicar dois tipos de orações de uso fluído em português: a prototípica e a sem sujeito. Entre as sem sujeito, desdobram-se dois grandes grupos: as pessoais e as impessoais. Entre as pessoais, repousa a preocupação com a indeterminação do agente, oportunidade ímpar para discutir outras estratégias nesta mesma linha e as motivações e implicações discursivas desta estratégia, o

que, sem dúvida, propiciaria ampliação do repertório de estruturas ao alcance imediato de uso do aluno. Ainda dentro desse ponto, a discussão sobre o papel do se como apassivador ou como marca e reflexo sintático da indeterminação do agente precisa ser encarada. O material para isso está fartamente presente em meios escritos das mais variadas ordens, desde cartazes até anúncios. Eis uma boa ocasião para inclusive dar aos usuários que se sentem reles aprendizes de português o papel de avaliadores e determinadores da língua que está, na verdade, a serviço dos mesmos e não o contrário.

Na discussão geral, tanto das orações sem sujeito pessoais quanto impessoais, tem-se ótima ocasião para a contextualização do que vem a ser a terceira pessoa (de fora) do discurso, bem como para analisar o próprio *locus* de cada uma das pessoas do discurso.

Na vertente de realizações impessoais, primeiro há de se apontar que impessoalidade pressupõe construção sem sujeito e o que isso significa, em nossa língua, sintática e semanticamente. Esclarecedor também é distinguir a impessoalidade essencial da accidental, o que é fácil de verificar, inclusive no plano da intuição do falante.

Enfim, não se pode deixar de levantar, vinculando-se inclusive às estratégias sintáticas de indeterminação de agente, os casos ergativos em que se verifica ausência de sujeito. A utilidade disso seria enorme, alertando para um problema muito recorrente na composição textual de vários alunos que elevam, em seus textos, o adjunto adverbial locativo ao *status* de sujeito, sem efetuar as adaptações sintáticas necessárias a tal processo.

Esses são apontamentos, sem dúvida, gerais, sugestões que se somam a tantas outras que compõem um leque de possibilidades para a perspectiva de ensino. Nessa reflexão, temos em mente que a identificação em nível da estrutura e, posteriormente, de suas funções e papéis, em meio ao discurso, contribui para o objetivo maior que deve ter o ensino de português de ampliação da competência comunicativa dos alunos, por meio de uma reflexão consciente sobre o estado da língua e seus usos, bem como da estrutura que subjaz a estes.

## Referências bibliográficas

ABREU, Antônio Suarez. *Gramática mínima para o domínio da língua padrão*. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

ABRAÇADO, Maria Jussara. Transitividade, ergatividade e a ordem verbo-sujeito no processo de aquisição do português. *Veredas: revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, UFJF, vol. 3, n. 2, 1999.

ABRAÇADO, Maria Jussara. *Ordem das palavras – da linguagem infantil ao português coloquial*. Niterói: EDUFF, 2003.

AVELAR, Juanito; CALLOU, Dinah. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba *et alii* (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2007.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim*. São Paulo: Parábola, 2009.

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 2005.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CARRILHO, Ernestina. *Construções de expletivo visível em português europeu (não-padrão)*. Conferência apresentada ao Congresso Internacional de Lingüística “Léxico y Gramática”, Lugo, setembro, 2000. Disponível em: <[http://www.clul.ul.pt/equipa/ecarrilho/ernestina\\_carrilho\\_2000b.pdf](http://www.clul.ul.pt/equipa/ecarrilho/ernestina_carrilho_2000b.pdf)> . Acesso em: 20 mar. 2010.

CLARK, Eve. Locationals: existential, locative and possessive constructions. In: GREENBERG (org.). *Universal of human languages*. Stanford: Stanford University Press, 1978.

DUARTE, Inês. *Verbos causativos de alternância locativa*. *Veredas: revista de estudos lingüísticos*, Juiz de Fora, UFJF, vol. 1, n. 2, 1998.

DUARTE, Maria Helena Lamoglia. O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: RONCARATI, Claudia *et alii* (orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

GASSER, Michael. *Situation schemas and semantic roles*. Online. Disponível em: <<http://www.indiana.edu/~hlw/Sentences/schemas.html>>.

GONÇALVES, Sebastião C.L. *et alii. Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva*. Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1931.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro, 1959.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. *Estratégias de impessoalização no português brasileiro*. In: FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida (orgs.). *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

PONTES, Eunice Souza Lima. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

SAID ALI, Manuel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

*Recebido em 28 de março de 2010.*

*Aceito em 20 de junho de 2010.*